



24 de julho de 2017

CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO XXIX SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Título: Os desafios da ANPUH frente à crise brasileira: a luta pela preservação da democracia e contra os preconceitos

A ANPHU foi fundada em 1961 com o objetivo, que até hoje persiste, de estimular a produção de trabalhos acadêmicos e contribuir para o aprimoramento do ensino da disciplina nos diversos níveis, bem como garantir o respeito ao exercício pleno da profissão de historiador.

Além dessas atribuições, cabe à Associação atuar na esfera pública em defesa das instituições e dos princípios democráticos definidos na Constituição Cidadã de 1988, ameaçados pela grave crise em que está imerso o país.

A participação e apoio dos associados nas discussões e manifestações da ANPUH, em relação aos problemas políticos que afetam diretamente o campo educacional, têm sido de grande importância.

Nesta gestão, a Diretoria foi incitada a representar os historiadores nas lutas que dizem respeito à educação nos vários níveis, mas principalmente contra as ameaças e ataques da chamada "Escola sem Partido". E também se mobilizou contra atos



de violência física ou verbal, sobretudo no que se refere a formas de discriminação e manifestações de preconceitos contra as minorias.

O ofício do historiador

Ao optarmos pelo ofício do historiador, assumimos o compromisso de ensinar história, realizar pesquisa e divulgar o conhecimento histórico produzido no passado e no presente.

Marc Bloch sublinhava o caráter humano dessa forma de conhecimento que exigia compreender o “presente pelo passado” e o “passado pelo presente”, nunca pelas vias de um trajeto linear, mas levando em conta as rupturas e continuidades.¹

Desafios dos historiadores em "tempos de crise"

Em tempos de crise, os valores que orientam nossos padrões de comportamento e compromissos profissionais nos incitam a refletir sobre as mudanças ocorridas ao longo da vida que foram importantes para a nossa formação pessoal e profissional. As dificuldades que enfrentei na Presidência da ANPUH durante estes dois anos, puseram a prova, não só a minha identidade profissional, mas, sobretudo, a minha capacidade de enfrentar tantos percalços. Confesso que, sem a valiosa colaboração e companheirismo dos colegas que compartilharam a tomada de decisões com relação ao

¹ Le Goff, Jacques. **História e Memória**. Campinas, Editora da UNICAMP, 1990, PP.23-4



posicionamento da Associação diante dos problemas de extrema relevância, não teria sido possível enfrentar tantos desafios. Os inúmeros manifestos que foram divulgados através das mídias da ANPUH Nacional foram produzidos em parceria com integrantes da Diretoria e a parceria com representantes das regionais.

O desafio dos historiadores frente aos obstáculos da conjuntura do país é o mesmo enfrentado por qualquer outro profissional que Edward Said define como intelectual. Segundo o autor, o intelectual é um indivíduo que desempenha um papel público na sociedade, ou seja, não é um profissional sem rosto. Trata-se de um indivíduo dotado de vocação para elaborar, representar e articular uma mensagem, uma filosofia ou opinião para um público amplo com o objetivo de, publicamente, levantar questões, confrontar ortodoxias e dogmas. Isto é, alguém que não se deixa cooptar por governos ou corporações e tem consciência de que representa pessoas e ideias, age com base em princípios universais (igualdade, liberdade, justiça, fraternidade), denuncia qualquer tipo de violação dos direitos humanos e luta pela preservação da ordem democrática.

Neste sentido, o historiador assume o papel do intelectual que atua no espaço público. É neste espaço que nos manifestamos contra todas as formas de injustiças e contra os desmandos da política.

O livro intitulado **O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo**, publicado na Itália, em 1984, e no Brasil, em 1986, é uma obra a ser lida ou relida na atual conjuntura. Seu autor,



Norberto Bobbio, define a democracia em poucas palavras: "Um modo de governo orientado por regras a serem respeitadas para a tomada de decisões com a participação dos cidadãos". Em seus ensaios reunidos nesse livro dirige-se a um público amplo interessado em compreender o significado da democracia no plano da política discutindo o delicado equilíbrio da combinação entre a tradição liberal e tradição socialista, ou seja, entre liberdade e justiça social.

Na apresentação do livro, o sociólogo Marco Aurélio Nogueira comenta que os textos do autor representam um convite à reflexão sobre o valor da política. Finaliza afirmando que se trata de uma leitura "indispensável em época de difícil reconstrução democrática e confusas esperanças". Chamo atenção para o fato que esse comentário foi escrito em 1986, ou seja, um ano após a redemocratização do país mesmo após a derrota das "Diretas Já". Ao reviver esse momento do passado, nós, cidadãos brasileiros, que participamos do movimento das "Diretas Já" assistimos, com enorme frustração, o espetáculo da derrota. Tínhamos consciência de que a passagem da ditadura para a democracia estava sendo feita a partir de uma ponte construída pelos senhores da Casa Grande. A nova República acabou sendo comandada por José Sarney, expressão mais nítida da tradicional oligarquia brasileira. Ou seja, a "Nova República" começou com o ranço da "Velha", passou por transformações importantes, mas, nos dias de hoje, os oligarcas continuam no poder e controlam uma democracia conspurcada.



No entanto, nesse recomeço da ordem democrática, também foram registradas conquistas importantes como a aprovação da Constituição Cidadã em 1988. Esta foi uma grande vitória porém, nas vésperas de comemorar 30 anos, ela não está mais dando conta dos desafios enfrentados: o regime democrático, conquistado a partir de muitas lutas, está perdendo sua força de combater a pobreza, a exclusão social, os preconceitos e de assegurar os direitos conquistados em 1988.

No momento atual, a crença nos regimes democráticos sofre abalos, mas não podemos esquecer que democracia não é um conceito político estabelecido, ao contrário, a dinâmica faz parte da sua essência. Cabe lembrar as reflexões de Claude Lefort sobre "Invenção democrática". Como afirmou o autor, ela foi responsável pela criação de direitos muito positivos mas que estão expostos a conflitos, razão pela qual suscita invenção de novas formas capazes de propor *contra poderes* sociais para enfrentar a onipotência do Estado e órgãos da administração política.

Lefort procurou mostrar que a democracia tem a capacidade de questionar a si mesma e suas instituições. Ou seja, ela foi criada num determinado momento do passado mas, ao longo dos tempos, demonstrou capacidade de se reinventar de acordo com as circunstâncias históricas e propor novas formas de ação política.

Na crise que estamos vivendo, esta referência é um alento porque nos instiga a contribuir para a reinvenção da democracia, não só no Brasil, mas em outros países que também sofrem abalos similares.



Nestes tempos tão conturbados, a intolerância tem proliferado rapidamente. No entanto, não podemos nos esquecer que seu contraponto é a tolerância. Como lembra a historiadora Michelle Perrot, a tolerância tem limites. Mas indaga: "como definir o intolerável?". E responde: "Intolerável? é a própria intolerância, temível parceira do totalitarismo nacional, religiosos, ou étnico (...). A xenofobia, o racismo, a homofobia são suas formas preferidas." E complementa: "Intolerável? É o sofrimento dos fracos, joguetes e vítimas dos poderes públicos e privados: crianças, deficientes, miseráveis (os que vivem na pobreza extrema), os maus tratos a prisioneiros e qualquer ser humano vítima de tortura."²

A relação fluante entre esses termos ocorre a partir das circunstâncias do momento, da cultura dos povos e dos atores em cena. Isto significa que, mesmo nas sociedades de tradição democrática, podem surgir mecanismos geradores de intolerância por motivos políticos, religiosos, ideológicos, culturais.

O risco da intolerância é sempre muito forte porque a política se organiza, mais comumente, a partir do ódio gerado pela concorrência, do que em função do apelo à solidariedade.

Segundo o sociólogo Wolf Lepenies, a tolerância é uma virtude, porém torna-se difícil saber onde e quando é preciso ser inflexível, ou seja, intolerante. O autor menciona uma frase do historiador Georges Canguilhem, um pacifista militante que, quando os nazistas tomaram o poder na Alemanha, afirmou: "sei que o tempo do pacifismo terminou agora".

² Perrot, Michelle. *O intolerável In A Intolerância*. Foro Internacional sobre Intolerância. Unesco/Sorbonne, 1997. Dir. Françoise Barret-Ducrocq. Trad. Eloá Jacobina, Bertrand Brasil. Pp 109-114.



A existência de um Estado de direito responsável pela liberdade de pensamento, expressão e prática de crenças é fundamental para garantir a tolerância.

Como não há consenso com relação a valores a serem ensinados numa sociedade pluralista, o autor defende a ideia de que é preciso criar, a partir de nossas escolas e universidades, uma consciência moral capaz de incentivar a luta constante pelo respeito aos valores que orientam uma sociedade democrática, dentre eles, a tolerância.³

Tais reflexões nos ajudam a pensar sobre formas distintas de intolerância que se manifestam nos tempos atuais em sociedades diversas: ameaças de retomada das ideias totalitárias, de crenças obscurantistas, os atos de violência física e moral, agressões que exibem preconceitos de todo tipo, são sintomas de um mundo em estado de turbulência. O avanço dos partidos neonazistas na Europa (França, Áustria, Hungria, Alemanha). As derrotas de partidos progressistas/reformistas e o avanço do conservadorismo. A vitória do movimento conservador (Brexit), na Inglaterra, a surpreendente eleição de Donald Trump nos EUA, a desmoralização dos partidos políticos e representantes dos poderes públicos no Brasil.

As ameaças que rondam a sociedade brasileira são similares as descritas pelo historiador polonês Bronislaw Geremek em seu texto sobre *Transição para a democracia e intolerância*. Refere-se a um paradoxo relacionado aos países do leste europeu: libertaram-se do jugo externo, mas pouco tempo depois já se ouvia "um novo apelo à intolerância". A festa da liberdade não poderia durar para

³ Lepenies, Wolf. *A intolerância - terrível virtude*. Idem, p.118.



sempre, afirma o autor. Mas o desencanto é perigoso quando ela dá sinais de esgotamento porque certos políticos procuram se aproveitar das frustrações sociais e insuflam o ódio e a intolerância.

4

No caso do Brasil, a memória da "festa da liberdade" ainda é recente mas os ecos da intolerância já se manifestam na política e na sociedade. O ruído que vem dos bastidores da ópera bufa encenada no Parlamento e nos Palácios de governo já chegou às ruas e não podemos mais ignorá-los. Citando uma vez mais Canguilhem, já nos demos conta de que o "tempo do pacifismo já acabou", portanto, sejamos intolerantes com relação aos intolerantes. A luta contra o movimento *Escola sem Partido* foi prioritária nestes dois anos em que estivemos à frente da Diretoria da ANPUH. Manifestamos intolerância, não só em relação a esse movimento, mas também em relação a atos ou episódios que, ferindo direitos e princípios democráticos, foram praticados contra pessoas, grupos ou movimentos sociais.

O autor Hervé de Charette reforça essa ideia quando afirma: "é preciso nunca perder a capacidade de nos indignarmos diante dos sofrimentos que o homem inflige ao seu semelhante". Entretanto, cabe a pergunta: como passar da indignação à reflexão e da reflexão à ação?⁵

A relação entre os homens, em qualquer sociedade, é complexa e muitos intelectuais refletiram sobre essa questão.

Tzvetan Todorov, em seu livro sobre a vida em comum, chamou atenção para o fato de que a relação do homem com seus

⁴ Gerenek, Bronislaw. Op. Cit. p. 152.

⁵ Charette, Hervé. *A Ação dos Políticos*. Op.Cit. Pp.236-241



semelhantes é sempre problemática. Menciona autores como La Rochefoucault, Kant, Bataille, em diferentes épocas, afirmaram que o homem é, por natureza, egoísta e é a vida em sociedade que ensina a generosidade, o altruísmo e, por isso, representa um freio à guerra de todos contra todos.

Contudo, comenta Todorov, o reconhecimento e aprovação do outro que se situa na fronteira entre o nós e o outro é complexa e nebulosa.⁶

Em suma, a tolerância não é uma característica inerente à natureza humana, ao contrário, é a violência que permeia as relações humanas. René Girard discute esse tema em seu magnífico livro que tem como título **A violência e o sagrado**, procurando mostrar que a violência faz parte da vida dos humanos. Inicia o seu texto referindo-se aos ritos sacrificiais, criados nos primórdios de nossa história, que tinham como função conter a violência.

O autor menciona exemplos retirados da Bíblia, dos mitos e tragédias gregas com a finalidade de mostrar o significado dos sacrifícios criados com o intuito de apaziguar a cólera dos deuses, ou seja, eles exerciam a função de controlar a violência.

Comenta que, mesmo nos tempos atuais, a compreensão da violência é limitada e seu controle, um desafio. Na ausência de ritos sacrificiais, o controle da violência é revestido de alta complexidade, pois não basta convencer os homens que a violência é odiosa, cabendo às regras do direito coibir essa ameaça.⁷

⁶ Todorov, Tzvetan. **A vida em comum. Ensaio de Anthropologia Geral**. São Paulo, Ed. Unesp, 2014.

⁷ Girard, René. **La violence et le sacré**. Paris, Ed. Grasset, 1972.



As reflexões do autor nos ajudam a compreender o sentido das perseguições, que ocorrem até os dias de hoje a seres humanos escolhidos como "bodes expiratórios", e exercem função similar a do sacrifício praticado nos tempos de outrora. A violência social é canalizada nesses personagens: os casos de linchamentos são os exemplos mais nítidos de violência canalizada em uma vítima.

A propósito desta questão menciono, também, um comentário de Bernard Henri Levy. O autor se refere ao que denomina de "revolução das ideias simples" dos que buscam "bodes expiratórios"; os atos de violência contra esse tipo de vítima que são praticados, segundo Henri Levy, por pessoas ou grupos racistas, homofóbicos e outros tipos de pessoas que desprezam as regras estabelecidas para a vida em sociedade.

O autor atribui essa revolução à forma como as redes sociais tratam a noção de verdade, alimentam ódios e desrespeito às pessoas. Esse problema tornou-se tão grave que alguns países como a Alemanha já criaram severas leis contra a divulgação de notícias falsas ou caluniosas que acirram a violência.

A propósito dessa questão, menciono um exemplo bem recente; o jornal *Folha de S.Paulo*, em sua edição de 20/7/2017 publicou, em primeira página, a seguinte notícia: o prefeito de São Paulo, João Dória, autorizou os funcionários da limpeza a jogar jatos de água fria nos moradores de rua, na madrugada, sob temperatura de 7,9 graus.

Um dos atingidos desabafou: "É uma humilhação isso aí, e no maior frio. A gente estava dormindo e chegaram jogando água (...) o que eles querem fazer é ocultar a gente da sociedade". Ao ler essa



notícia me perguntei: O que diria Foucault sobre esse exemplo insólito de poder disciplinar?

Intoleráveis são os massacres ocorridos nas cadeias de Manaus, Natal e São Luis (Maranhão).

Intoleráveis são as chacinas de posseiros e trabalhadores rurais ocorridas em abril deste ano, em Colniza, no Mato Grosso, e o assassinato de dez posseiros no Pará praticadas por membros da Polícia Civil e Militar, no município de Pau d'Arco, em maio deste ano. A mesma polícia que, em 1996, assassinou 19 manifestantes "sem-terra" no episódio conhecido como massacre de Eldorado do Carajás.

Com relação ao que aconteceu no Pará, cabe lembrar que este é o Estado que registra o maior número de assassinatos no campo. De acordo com a *Comissão Pastoral da Terra*, entre 2007-2016, ocorreram 103 assassinatos.

Intolerável, também, é a situação a que ficou reduzida a população do Rio de Janeiro em decorrência do descalabro da corrupção política praticada por um governo que, movido por sua ganância desmedida, dilapidou todas as verbas do Estado, inclusive a que garantia o sustento de todos os servidores públicos. Intolerável e revoltante é a situação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, vítima das incúrias do poder público. E o que dizer dos que perdem a vida na guerra, não declarada, entre traficantes de drogas e polícias??!!

No que tange à violência, o Brasil ocupa, nos dias de hoje, um lugar de lamentável destaque entre os países considerados mais violentos: responde por cerca de 10% de homicídios praticados no mundo atualmente. São registrados cerca de 60 mil assassinatos



por ano e a maior parte deles ocorrem no Nordeste. O retrato do Brasil cordial, estilhaçou-se!

Ainda no que se refere à violência, intoleráveis são as declarações do Deputado Bolsonaro que homenageia ex-torturador em sessão do Congresso, insulta as mulheres, negros, índios e membros da comunidade LGBT. Num programa de TV pregou a "guerra civil" e se referiu à necessidade de fazer o que a ditadura não fez, ou seja, matar "uns 30 mil, começando pelo FHC". Em outra ocasião, defendeu o "pau-de-arara" e a tortura.

Numa entrevista, concedida a jornalistas do jornal *Folha de S.Paulo* e publicada em 13/3/2017, fez declarações que afrontam todos os princípios democráticos. Questionado sobre a frase que pronunciara "isso que dá torturar e não matar" retrucou que "foi uma resposta aos vagabundos que ficam se *vitimizando* porque foram torturados pelos militares". Como se pode notar, todas as declarações do deputado Jair Messias Bolsonaro são passíveis de processo, no entanto, está bem cotado nas pesquisas entre os possíveis candidatos à Presidência da República.

Outro nome bem cotado nas pesquisas de intenção de votos para a eleição presidencial de 2018 é o prefeito de São Paulo, João Dória. Membro da alta elite paulistana, o mandatário não teve pruridos ao se referir ao ex-Presidente Luís Inácio Lula da Silva nos seguintes termos: "Lula sem vergonha e cara de pau". Caberia indagar em que colégio da elite paulista ele foi educado.

Nos últimos anos a violência verbal cresceu enormemente e não só nas redes sociais, contribuindo muito para a desconstrução do mito Brasil cordial. "Adeus Brasil cordial", declarou o ator José



de Abreu que foi insultado por adeptos do impeachment da Presidente Dilma Rousseff.

Numa das sessões do Congresso ocorreram bate-bocas costumeiras e deputados trocaram insultos mútuos valendo-se de termos como mafioso, bandido, canalha, ladrão e outros de baixo calão. Episódios dessa natureza revelam a incapacidade de diálogo e demonstram que nossos representantes não estão à altura do cargo que ocupam e, além de desrespeitarem o povo que os elegeu, ignoraram completamente qual o papel que deve desempenhar um representante da República.

A violência verbal é intolerável porque incita o ódio de classe, raça, crença e acirra preconceitos sexistas, homofóbicos, étnicos, religiosos e outros mais. Todas as manifestações dessa natureza põem em xeque os valores que norteiam a convivência numa sociedade democrática.

Ainda no que se refere ao intolerável, cabe mencionar o desrespeito e preconceito contra às "minorias" que lutam pela conquista de direitos, dentre eles, os povos indígenas, os negros, as mulheres e membros da comunidade LGBT. Lembrando aqui que o Brasil é campeão mundial de assassinatos contra transexuais e travestis.

A ANPUH tem uma tradição de luta em defesa dos princípios democráticos e, nestes últimos anos, os esforços têm sido redobrados. Tanto a Diretoria Nacional, como as Diretorias Regionais, denunciam violências praticadas contra pessoas ou grupos vítimas de intolerância manifestada, sem qualquer pudor, por parte de cidadãos brasileiros "bem nascidos". E também



procuram apoiar os movimentos que lutam por "direitos das minorias".

Menciono, a seguir, algumas das lutas importantes que vem sendo travadas, nos últimos anos, por grupos que reivindicam esses direitos.

Em defesa dos direitos das minorias: índios, negros, mulheres

Michel de Montaigne, pensador humanista que viveu no século XVI, deu lições de valores e condutas que seriam úteis aos cidadãos de hoje.

Suas observações em relação aos índios da América são referências importantes para brasileiros que, a séculos, vêm desprezando essa etnia e sua história. O autor escreveu o ensaio *Sobre o Canibais*, numa época em que a Europa acabava de descobrir a América e iniciava uma luta feroz para destruição ou escravização dos autóctones. O autor se referiu a esses povos mostrando interesse e respeito.

Neste célebre *Ensaio*, apresentou uma reflexão importante sobre o "estranhamento". O texto, até os dias de hoje, pode ser lido como uma aula de tolerância e respeito pelo outro, virtudes que não eram próprias de seu tempo e que, nos dias de hoje estão ameaçadas de desaparecimento.

A luta constante dos povos indígenas resultou em conquistas. Aos poucos, foram conseguindo algum espaço na sociedade e apoio para suas demandas. Mas ainda há muito pelo que lutar.



Todos nós historiadores temos conhecimento das injustiças históricas de que foram vítimas os indígenas, bem como os estereótipos que comprometeram o desenvolvimento dos estudos sobre eles. O uso do termo primitivismo e a pecha de preguiçosos contribuíram para a imagem negativa dos nossos primeiros habitantes que persiste até os dias de hoje.

Nessa luta não se pode ignorar o apoio que receberam de indigenistas, antropólogos, sociólogos e historiadores. No final do século XX, foram criadas uma série de "Organizações Não Governamentais", brasileiras e estrangeiras que se uniram ao trabalho que já vinha sendo feito pelo *Conselho Indigenista Missionário* e passaram a atuar no processo de organização das comunidades para que a cultura fosse preservada e as terras demarcadas.

Tais colaborações foram muito importantes para a luta dessas comunidades contra as perspectivas integracionistas, ou seja, que tinham como meta o desaparecimento da cultura indígena a partir de um programa de integração na cultura nacional que caracterizaram políticas públicas anteriores.

Nas últimas décadas, povos indígenas foram conquistando espaço na sociedade na luta pela preservação de seus costumes e de sua cultura.

No entanto, a manutenção dessas conquistas exige vigilância constante, pois estão sempre ameaçadas pelos proprietários de terras, muitas vezes em conluio com políticos da chamada Bancada Ruralista que atuam no sentido de anular demarcações de terras. Com relação às reservas indígenas, cabe alertar para a atuação de



políticos que representam interesses de empresas mineradoras de olho nas jazidas localizadas dentro dos territórios pertencentes aos índios.

Não menos grave é o que vem ocorrendo na área educacional com o desmonte do SECADI (Secretaria de Educação Continua, Alfabetização, Diversidade e Inclusão) que atuava no âmbito do MEC (Ministério de Educação e Cultura). A formação de professores indígenas é uma das perdas mais importantes em relação às conquistas desses povos.

A administração atual da FUNAI está a cargo de pastores evangélicos indicados por representantes do Partido Social Cristão. A partir de então, a "Política Nacional de Terras" tomou novo rumo abrindo possibilidades para a revisão dos processos de terras já demarcadas, prejudicando enormemente os direitos dos indígenas.

LUTAS E CONQUISTAS DO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL

O Movimento Negro no Brasil tem uma história que começa durante a escravidão, registradas através de relatos sobre a luta dos quilombolas e dos militantes da causa abolicionista.

Após o 13 de Maio, os negros tiveram que persistir na luta para garantir a liberdade estabelecida através de leis, a maioria delas violadas na prática. A inserção no mercado de trabalho foi outro desafio que lamentavelmente ainda persiste.



Nos últimos anos, o movimento negro se tornou muito combativo com conquistas relevantes. No entanto, continua reivindicando compensação por séculos de trabalho forçado e ainda tem pela frente a batalha pela inclusão social e pela garantia do exercício pleno da cidadania.

A lei Afonso Arinos, promulgada em 1951, no governo Vargas, foi uma das significativas vitórias do movimento e outras leis foram promulgadas, posteriormente, nesse mesmo sentido. No entanto, longe estamos do fim dos crimes de racismo que, na maioria das vezes, ficam impunes. Basta olhar a população carcerária brasileira. Em 2014, eram 622.202 presos, dos quais 61,6% são negros (pretos e pardos).⁸

O aspecto positivo dessa luta é que o movimento negro vem atuando, com muita garra e obteve conquistas importantes, sobretudo no campo educacional. A batalha resultou em políticas públicas que ampliam as possibilidades de inclusão no campo educacional e profissional. As cotas que visam maior inserção da população negra nas universidades públicas ampliam as chances de alunos negros ou pardos, sobretudo os de baixa renda, terem acesso a uma formação de melhor qualidade e ampliação das possibilidades de ingresso em cursos de difícil acesso devido à forte concorrência. As cotas já estão em vigor na maioria das universidades públicas do país e acabam de ser aprovadas na USP, baluarte da resistência contra elas.

É certo que movimento negro tem atuado, com muita competência, na reivindicação de seus direitos. No entanto, a luta

⁸ o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen),



contra o racismo continua sobretudo nesta conjuntura de crise econômica que gera desemprego em proporções alarmantes e crises individuais e familiares. Num contexto desta natureza, a intolerância prolifera, os ânimos se acirram em decorrência da insegurança e medos que tendem a ser projetado no "outro". Este é o ambiente mais favorável ao recrudescimento do racismo e os preconceitos se explicitam acompanhados por atos de violência contra a população negra ou parda.

Para ilustrar esse fenômeno, menciono um caso exemplar: durante discussão na Câmara Municipal de Rio Grande (RS) sobre um projeto que propunha reserva de 20% de cotas para o ingresso de pessoas declaradas negras ou pardas no serviço público municipal, um vereador constrangeu parte da plateia presente, ao declarar: " Os negros querem se favorecer, isso é que é racismo, afinal os negros já estão quase brancos, estão saindo com loiras, polaca e estão comendo em restaurantes."

As batalhas do movimento feminista

Também as mulheres tiveram uma árdua trajetória de lutas na conquista da igualdade de direitos em relação aos dos homens.

O movimento feminista brasileiro, reconhecido internacionalmente por sua capacidade organizacional, tem vencido muitas batalhas no Brasil. Mas seus avanços, como reconhecem algumas lideranças, dependem de uma conjuntura favorável e do perfil político dos governantes. Como, no Brasil, as conjunturas



mudam com muita rapidez mas quase sempre na direção do conservadorismo, a história movimento feminista no país é marcada por avanços e recuos.

Neste momento de crise profunda, que contribui para o aumento da intolerância e dos preconceitos, o movimento feminista enfrenta dificuldades similares aos de outros movimentos que lutam por direitos e respeito às diferenças.

Apesar das inúmeras conquistas, a marginalidade das mulheres na esfera política é visível. Basta acompanhar qualquer sessão do Congresso Nacional para perceber a desigualdade em relação à participação de homens e mulheres.

A eleição de Dilma Rousseff para a Presidência da República sinalizou uma mudança nesse cenário. A presença de uma mulher no mais alto cargo político da Nação foi vista como uma possibilidade de avanço neste sentido que, na verdade só ocorreu em relação aos cargos municipais. É sabido que a campanha pelo impeachment da Presidente foi orquestrada pelas forças conservadoras aliadas a um evidente e intenso viés machista.

As últimas eleições para prefeitos e vereadores sinalizaram retrocesso: o número de mulheres eleitas indicou uma significativa redução da presença feminina nesses cargos.

Atualmente, lideranças ou estudiosas do movimento feminista demonstram descrença em relação à mudanças nesse cenário.

Uma entrevista feita com a pesquisadora Lúcia Avelar a propósito do livro, publicado neste ano, **Cinquenta Anos de**



Feminismo, em co-autoria com Eva Blay, é muito esclarecedora. Cabe fazer menção a algumas de suas considerações.

Segundo Lúcia Avelar, "o movimento já teve oportunidades históricas para mudar a legislação eleitoral, mas sempre saímos piores do que entramos, embora a Lei Maria da Penha represente uma grande vitória do movimento". A autora fez comentários em relação ao que definiu como o "clube do Bolinha partidário oligárquico" que, na sua opinião, é muito forte e fechado no Brasil.

A autora confessa que a pesquisa foi feita com a intenção de motivar um debate sobre questões de gênero e sobre as políticas públicas para mulheres. No entanto, acabou concluindo que a conjuntura nacional não é nada favorável ao avanço da participação das mulheres na política.⁹

Educação é um direito de todo brasileiro

Finalizo esta Conferência, abordando um tema que diz respeito a todos nós que somos historiadores, mas acima de tudo educadores.

Conhecemos muito bem as mazelas da educação neste país. Mesmo assim, quando nos deparamos com dados referentes ao ensino, ainda conseguimos nos surpreender.

⁹ Avelar, Lucia e Blay, Eva (orgs.). **Cinquenta anos de feminismo. Brasil, Argentina e Chile**. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2017.



O estudo feito pela ONG *Todos Pela Educação* revelou, em 2013, que o Brasil vinha enfrentando dificuldades para superar os gargalos de seu sistema educacional.

Segundo o levantamento feito por essa ONG, apenas 54,3% dos estudantes do ensino médio - o mais problemático de todos os ciclos de ensino - estão conseguindo concluí-lo até os 19 anos. As diferenças regionais são muito grandes e os índices demonstram disparidades enormes entre Sudeste e Norte, por exemplo. O contraste é ainda maior quando se compara os dados do ensino nas áreas urbanas e rurais.

Pelos cortes de verbas anunciados recentemente, tudo indica que a situação só tende a piorar.

Dados do UNICEF de 2014 mostram números desanimadores com relação ao ensino médio: adolescentes de 15 a 17 anos representam o grupo mais atingido pela exclusão, ou seja, mais de 1,7 milhão deles estão fora da escola. Não é por acaso que a marginalidade entre os jovens cresce a cada ano.

Esse índice de exclusão se explica, em parte, pela conjuntura socioeconômico do país: os que pertencem às camadas mais baixas da população acabam sendo excluídos do sistema de ensino, por vários motivos: trabalho precoce, gravidez, violência familiar e os locais onde residem. Não menos importantes são problemas relacionados à situação das escolas públicas. Os obstáculos são inúmeros: elas funcionam em condições muito adversas de trabalho como infraestrutura precária dos estabelecimentos e violência externa assustadora. Nesse contexto,



os professores, mal remunerados e mal preparados para a docência, apresentam aos alunos conteúdos distantes de sua realidade social; a falta de diálogo entre alunos, professores, diretores e a desmotivação desses educadores no exercício de uma profissão tão importante, revelam problemas estruturais e conjuntura totalmente desfavoráveis.

Maria Alice Setubal, Presidente dos Conselhos do *CENPEC*, publicou um artigo intitulado *Reflexos da Desigualdade Educacional*.¹⁰

A autora mencionou dados de pesquisas que indicam o Brasil como um dos países mais violentos do mundo. O artigo mostra, também, as diferentes faces das desigualdades sociais no país, ou seja, de cada 100 pessoas assassinadas no Brasil são negros e 46,8% das vítimas são jovens entre 15 e 19 anos.

O sociólogo Marcos Rolim, citado pela autora, mostra também, a partir de pesquisas realizadas no Rio Grande do Sul, que a violência está conectada à falta de oportunidades educacionais que resultam em dificuldade de inserção no mundo do trabalho.

Nesse quadro desalentador, representantes do MEC definem parâmetros para a Reforma do Ensino Médio tendo como modelo de excelência a educação na Finlândia.

¹⁰ *CENPEC*: Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária. O artigo foi publicado no jornal *FSP*, *Tendências e Debates*, em 18/7/2017. Os dados mencionados pela autora são de 2015.



Enquanto o texto não vem a público, os burocratas da educação se limitam a promover propaganda enganosa nas redes de televisão na tentativa de “seduzir” os jovens e seus pais com promessas de ensino de primeiro mundo. No entanto, a publicidade encobre o fato de que a Finlândia está muito longe daqui.

Ao finalizar esta palestra, lamento ter apresentado aos colegas e estudantes, um quadro tão negativo. Porém, apesar das circunstâncias adversas que enfrentamos estou certa de que, nós educadores, não nos furtaremos a continuar lutando por uma política educacional adequada à sociedade brasileira no seu conjunto, levando em conta as disparidades sociais e as diferenças regionais.

Como otimista incorrigível, acredito que tempos melhores virão pois, como nos ensina a história, os tempos mudam e as crises duram o tempo que tem que durar.

Profa. Dra. Maria Helena Rolim Capelato

Conferência ANPUH NACIONAL

Brasília, 24/7/2017